

**A FORMAÇÃO DA “NAÇÃO” BRASILEIRA NO ROMANCE
CANAÃ DE GRAÇA ARANHA - O DEBATE INTELECTUAL SOBRE A
QUESTÃO “NACIONAL” NA PRIMEIRA REPÚBLICA COMO SUBSTRATO
DE UMA FICÇÃO IDEOLÓGICA**

Georg Wink¹

***Resumo:** Neste ensaio é examinado como no romance *Canaã*, de 1902, são tratadas e desenvolvidas as questões principais do debate contemporâneo sobre a formação da “Nação” brasileira. A interpretação baseia-se na análise das categorias-chaves de cunho determinista, vigentes na época, como “raça” e “meio”. Chega-se à conclusão que Graça Aranha usa o romance como palco alegórico para a reflexão e o lançamento de idéias sobre a sociedade brasileira, incorporificados nos dois protagonistas alemães, tanto de teor consonante quanto de teor estritamente dissonante ao debate. Mostra-se que o autor não se mantém numa posição neutra e aproveita os discursos para uma crítica conceitual ao Nacionalismo, racismo e “cientificismo”, característicos de sua época – porém, ao mesmo tempo, sem conseguir se livrar plenamente dessas premissas. O romance promove, desta forma, apesar do final pessimista, a visão utópica de um Brasil como possível precursor na realização de uma idealizada nova sociedade humana, além das categorias e do princípio do “nacional”.*

***Palavras-chave:** literatura da formação da nação, narração da nação, ideologia, nacionalismo, discurso de identidade nacional.*

Introdução

O romance *Canaã*, escrito por José Pereira da Graça Aranha (São Luís 1868 – Rio de Janeiro 1931), publicado em 1902, revelou-se em curto tempo um sucesso excepcional no mercado editorial brasileiro, sendo a obra reconhecida e valorizada, inclusive, no exterior, como comprova a avaliação de A. France como “a grande novela americana”.² Para a crítica brasileira da época – quando essa chegou a notar obras contemporâneas – pode-se tomar como exemplar o comentário de José Veríssimo: “Esse livro revela novos aspectos da vida brasileira até então recônditos à literatura que

¹ Georg Wink é mestre em Estudos Latinoamericanos pela Freie Universität Berlin/Alemanha e doutorando da Johannes-Gutenberg Universität Mainz/Alemanha, Instituto de Romanísticas, Departamento de Línguas e Culturas Iberoromânicas. Realiza estadia de pesquisa em nível de Doutorado Sanduíche pela CAPES/DAAD na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras - Estudos Literários, desenvolvendo tese intitulada: “A ‘Nação’ como imaginação literária – a construção discursiva e intertextual da ‘Nação’ na literatura brasileira da virada do século (1889-1915)”. Endereço: Av. Afonso Pena, 2709/1503, Funcionários, 30.130-006 Belo Horizonte – MG. Fone: (xx31) 3225-2390. Email: georgwink@web.de.

² Apud Lins (1967:368).

pretendia representar, e vistos a uma luz e de um ponto de vista novos e diferentes.”³ Entre estes novos aspectos destacam-se o movimento da Capital para a periferia, localizando o enredo num vilarejo provincial do Espírito Santo, não de forma metafórica ou romântica, e sim com um amplo fundamento empírico – Graça Aranha, no início dos 90, serviu como Juíz Municipal no próprio Porto do Cachoeiro e não é difícil de detectar, recorrendo aos seus diários e à historiografia do local, o fundo verídico da maioria dos acontecimentos entretecidos no romance.⁴ Mesmo que entre os novos escritos da virada do século tenha sido comum uma preocupação com a realidade social, vista como a essência do problema “nacional”, é raro um escritor reunir numa obra só todas as questões problemáticas e bem características para o Brasil da Primeira República: A abolição, ainda vigente como problema de integração social, a plantação de café, possibilitando um *boom* de exportação mas sendo reconhecido, já na época, como perpetuação de uma dependência econômica nociva à emancipação da jovem República, a República como sistema político pouco consolidado, ainda abstrato para a população, e pouco democrático, sujeito a abusos frequentes dos novos possuidores de poder na política e na administração, a questão da “Nação”, que traz consigo as preocupações sobre o potencial de sustentabilidade e desenvolvimento do País, sendo que este – segundo as teorias sócio-biológicas, de fundo europeu ou norte-americano, dominantes na época – estava inviável devido às qualidades negativas do clima tropical e da presença de “raças inferiores” no Brasil. Além disso, *Canaã* tematizou, como primeiro romance, aprofundadamente a questão da imigração, motivo de muitas polémicas na época, polarizando entre duas visões: Da imigração como fator indispensável ao processo de “branqueamento” da população e da imigração como ameaça à soberania brasileira e como expressão de relativo desprivilégio da população “brasileira”. Graça Aranha, consciente das contradições e dos problemas não resolvidos do Brasil republicano, empregou no seu romance a tentativa de transpor para a ficção um panorama dos problemas discutidos no País, fazendo dos assuntos sociais o tema de suas ficções, criando uma literatura para cuja caracterização o termo “ficção ideológica”⁵ me parece, entre os atribuídos ao romance, o mais adequado. Expondo as circunstâncias do dilema brasileiro, o romance representa – como também as obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto – uma afronta tanto contra o simplório discurso ufanista quanto contra os valores típicos da *belle époque*, alienados da realidade brasileira, possibilitando a alocação dentro da era do pré-modernismo:

Creio que se pode chamar pré-modernista (no sentido forte de premonição dos temas vivos em 22) tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza a nossa realidade social e cultural⁶

³ Veríssimo (1910:16).

⁴ Cf. Guimaraens (1981:14). – Vale lembrar que esta preocupação com o empírico, diferente, p.ex., de Euclides da Cunha, cuja obra-prima *Os Sertões*, publicada no mesmo ano 1902, foi concebida no imaginário do escritor (mesmo que ele tenha se baseado em outros relatos de viajantes) antes de ter chegado ao Arraial de Canudos em missão jornalística, não foi comum entre os escritores da época. Por outro lado, esta vontade de Graça Aranha de incluir tudo de notável que ele viveu nessa realidade, alheia a sua própria, dá ao romance um caráter redundante e, às vezes, pouco estruturado.

⁵ O termo é emprestado a Paes (1992). – Este empreendimento do autor, porém, é realizado à custa da sua qualidade literária, sendo a obra, como romance, pouco convincente: As a literary piece, the novel is complicated, muddled, and ultimately an artistic failure. The characters are rarely more than mouthpieces for philosophical statements (...) (Eakin 1980:3).

⁶ Bosi (1980:343).

O romance permite múltiplas leituras possíveis: como transposição de uma discussão filosófica entre posições, atribuíveis tendencialmente a Tolstói e à ética de Nietzsche, como *Entwicklungsroman* acerca da formação psicológica e moral do protagonista principal, passando pelos vários estágios schopenhauerianos de *Güte* (“bondade”), partindo da busca da felicidade na introspecção longe da sociedade chegando a poder atuar nela como pessoa solidária⁷, como postulado do monismo e naturalismo da Escola do Recife (Graça Aranha foi discípulo de Tobias Barreto) e, ao mesmo tempo, superação da vertente caracterizada por um evolucionismo darwinico-haeckeliano, como defendida, sobretudo, por Sílvio Romero, alegando, dentro de uma concepção monista de causas e efeitos do universo, os limites da ciência e a existência de um “resto incalculável” (Kant), como expressão do naturalismo (fidelidade ao mundo objetivo), simbolismo (a metáfora central de Canaã e a personificação de idéias nos protagonistas) e impressionismo (representação da natureza através de anotações de caráter visuais-auditivos-táteis-olfativos). Devido às características expostas como renovadoras para a época, neste trabalho, prioriza-se a análise de *Canaã* como uma enunciação ideológica de um integrante da elite brasileira da virada do século, expressando e refletindo o debate sobre a questão da “Nação brasileira” e contribuindo para a construção da “Nação”, mesmo sendo como projeto utópico do futuro, como *imagined community* (Anderson). Parte-se, então, da tese, desenvolvida dentre os *Cultural Studies*, que a “Nação” é construída através de formações discursivas e práticas sociais, operação realizada na época em questão predominantemente pela literatura.⁸

1. O debate sobre a “Nação” brasileira

Sob a impressão das novas teorias das Ciências naturais, intelectuais brasileiros – na maioria pertencentes à assim chamada “geração 1870” – produziam um espectro dos mais variados textos, com mútuas referências, sobre a formação do Brasil, desenhando modelos e caminhos de desenvolvimento para a “Nação” brasileira, sendo que este debate formou o contexto científico-cultural referencial para o autor de *Canaã*.⁹ O debate enfocava o significado de uma suposta herança “racial inferior”, as possibilidades de “melhorar” essa condição, a influência das premissas geográficas sobre a população e, conseqüentemente, sobre a formação da “Nação”, refletindo os conceitos chaves para a interpretação da “Nação”, oriundos do determinismo spenceriano, de “raça”, “meio” e “momento histórico”, determinantes para as fases de “evolução” darwinista das sociedades. A aplicação das teorias ao caso brasileiro, necessariamente, levou ao dilema de não conseguir reconciliar a própria sociedade com a ideologia do além-mar, ou seja, o sentimento nacionalista e a vontade de emancipação “nacional” com os laços estreitos da elite com a cultura européia e com o persistente desejo de “europeização” do Brasil, levando a uma perspectiva, em alguns casos, quase

⁷ Cf. Woll (1968:69).

⁸ Cf. Hall (2003). – Segundo esta interpretação, a “Nação” seria um construto de coletividade, dentro do campo de tensão entre a cultura e a política, definindo uma “fisionomia” cultural singular da “Nação”: “Nationalism has to be understood, by aligning it not with self-consciously held political ideologies, but with large cultural systems that preceded it, out of which – as well as against which – it came into being.” (Anderson ¹²2003:19). A construção da “Nação” é veiculada, em primeiro lugar, pela literatura: „Nations, like narratives, lose their origins in the myths of time and only fully realize their horizons in the mind’s eye. Such an image of the nation – or narration – might seem impossibly romantic and excessively metaphorical, but it is from those traditions of political thought and literary language that the nation emerges as a powerful historical idea in the west. (...) An idea whose compulsion lies in the impossible unity of the nation as a symbolic force.” (Anderson ¹²2003:1).

⁹ Cf. Ventura (²2000:11-13/41).

esquizofrênica.¹⁰ O obstáculo maior representava a categoria de “raça” que, no caso do Brasil por si só, impossibilitaria a formação de uma “Nação” em concordância com as exigências de “pureza” e “homogeneidade”, postulados pela ideologia. Apesar da ampla recepção do racismo “científico” que sofreram os intelectuais brasileiros, em vez de contentar-se em copiar passivamente as categorias do saber europeu do século XIX, vários representantes da inteligência, sobretudo da Escola do Recife, cuidaram de adaptá-los às peculiaridades da realidade sócio-histórico-cultural do Brasil. Representativos para as posições desenvolvidas neste processo podem ser consideradas as seguintes:¹¹

Segundo Sílvio Romero, a voz dominante da Escola do Recife, que – apesar de considerar índios e negros “povos inferiores” e atribuir ao “genuíno *Ariano*” o papel como “verdadeiro autor da civilização” – chamou atenção para o “nosso mestiçamento fundamental inegável”¹², através do qual seria possível definir um caráter brasileiro pelo grau já visível no processo de mestiçagem, o que possibilitaria uma unidade da geração futura. Ele nega a dinâmica degeneradora, atribuída à “mistura de raças”, rejeitando as dúvidas comuns e levando a discussão para a frente (“Pouco adianta por enquanto discutir se isto [a mestiçagem] é um bem ou um mal, é um fato e basta.”)¹³, propagando a mestiçagem como „força biológica“ capaz de contribuir para a unidade nacional: “O mestiço é produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação cultural.”¹⁴ O futuro do Brasil como país mestiço, porém, não é desvinculado da persistência de uma superioridade branca, fator dinâmico neste processo: “Constituímos uma nação de mulatos; pois que a forma branca vá prevalecendo e prevelecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro.”¹⁵ Para atingir a desejada homogeneidade da população seria “(...) mister que se dêem poucos cruzamentos dos dois povos inferiores (...) entre si, produzindo assim a natural diminuição destes, e se dêem ao contrário, em escala cada vez maior com indivíduos brancos.”¹⁶ Este processo de “branqueamento”, porém, levaria, a longo prazo, ao sumiço do elemento “ariano”, pois “quase que não temos mais famílias extremamente arianas; *os brancos presumidos* abundam. Dentro de dous ou três séculos a fusão étnica estará talvez completa e o brasileiro mestiço bem caracterizado.”¹⁷ Sílvio Romero conseguiu, então, desconstruir a

¹⁰ Cf. Eakin (1980:11). – O determinismo, aplicado à produção literária de um País conforme realizado por Hippolyte Adolphe Taine na sua *Histoire de la littérature anglaise* (Paris, Hachette, 1863), já foi questionado a respeito de sua validade universal, como comprova a seguinte observação de José Veríssimo: „Mais talvez do que nenhum outro aspecto da vida social, ressent-se a literária das condições do meio e do momento. Isto posto, não era de esperar que nossa vida literária tivesse no ano de 1901 (...) mais vigor, mais intensidade, mais riqueza e brilho do que teve.“ (Veríssimo 1910: 257-258). As teorias climáticas, introduzidas ao Brasil sobretudo por Henry Thomas Buckle que, na sua *History of Civilization in England* (London, Parker & Bourn, 1857-61), incluiu algumas páginas sobre o *Brazilian Case*, foram criticadas e desconstruídas por Sílvio Romero.

¹¹ Cf. Paes (1992:87). – Cabe ao historicista Capistrano de Abreu a honra de ter substituído, como primeiro, o „conceito de raça pelo de cultura, refletindo assim a mudança no pensamento antropológico que triunfou nos Estados Unidos e na Europa entre 1900 – 1930.“ (Skidmore 1974:120). Também na discussão científica européia, a categoria „raça“, diferenciada biologicamente, já foi questionada desde os meados do século XIX, pela primeira vez em 1855 por Le Play e gradativamente substituído por Topinard pelo conceito de “tipo” (1884) e por Boas pelo de “cultura” (1899). Cf. Ortiz (1986:172).

¹² Romero (2001:335-336).

¹³ Romero (2001:74).

¹⁴ Romero (2001:44).

¹⁵ Romero (2001:120).

¹⁶ Romero (2001:166).

¹⁷ Romero (2001:102).

suposta lei biológica da infertilidade do mestiço e atribuir a este a capacidade de formar, porém pela dinâmica dissolvente da “raça branca”, um “caráter” do povo brasileiro, resultado de um processo de homogeneização.

Semelhante mostra-se a argumentação de Euclides da Cunha, desenvolvida n’*Os Sertões*, segundo as pressuposições “científicas”: Uma “raça misturada”, devidamente inferior, sendo reclusa no interior durante um tempo histórico e sem alguma pressão de adaptar-se às contínuas influências e misturas da sociedade dinâmica (representada pelos centros urbanos litorâneos), seria capaz de formar uma “raça cruzada (...) autônoma e, de algum modo, original.”¹⁸ (pp. 98-99). Este processo, porém, seria independente do fator “branqueador” e, de certa forma, apenas uma questão de tempo e reclusão: “No mato encontra-se o autêntico Brasil. O caboclo é o legítimo representante da sua raça. Nêle vemos o nosso povo sem os arreliques pedantescos da cidade. O sertanejo é bem o cerne da nacionalidade.”¹⁹ Euclides da Cunha, ao contrário de Sílvio Romero, inverte a relação do papel civilizador e mostra-se significativamente mais cético com o projeto de “Nação”: “Não temos unidade de raça. (...) Não a teremos, talvez, nunca.”²⁰ Afinal, uma posição extremamente pessimista é defendida por Nina Rodrigues que duvida da viabilidade do processo de “branqueamento”: “(...) considero pouco provável que a raça branca consiga fazer predominar o seu tipo em tôda população brasileira.” Para ele, “a raça negra há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo”.²¹

2. A oposição dos conceitos de “raça” e “meio” em *Canaã*

Ao contrário de outras obras literárias – no sentido mais amplo – que tratam da questão “racial” e climática no contexto da formação da “Nação”, a apresentação por Graça Aranha é rigidamente polifônica, aproveitando a contraposição dialética como meio de afirmação e desconstrução de argumentos ideológicos. Predominam, no romance, duas posições, que são confrontadas, em forma de um permanente diálogo:

Por um lado, o racismo assumido do imigrante Lentz, que opina fielmente dentro dos parâmetros racistas da degeneração do ser humano pela, mistura de raças“ e da infecundidade do híbrido (“Que Macaco!”²² – exclama avistando o agrimensor brasileiro Felicíssimo).²³ Os colonos alemães, com um certo prazer, enxerga como “gigantes alemães”, como uma presença de caráter “sólido repousado” (p. 70). As características “raciais” do brasileiro vê como exclusivamente negativas: “O homem brasileiro não é um fator de progresso: é um híbrido. E a civilização não se fará jamais nas raças inferiores” (p. 52). Sobre a mestiçagem, fenômeno evidente na realidade brasileira, opina: “Não acredito que da fusão com espécies radicalmente incapazes resulte uma raça sobre que se possa desenvolver a civilização. Será sempre uma cultura inferior, civilização de mulatos, eternos escravos em revoltas e quedas”(p. 53). Sobre o

¹⁸ Cunha (2002:98-99).

¹⁹ Cunha (2002:101).

²⁰ Cunha (2002:119).

²¹ Nina Rodrigues (1939:44-45).

²² Graça Aranha (1982:107). Refiro-me em todas as citações referentes a *Canaã*, indicadas em seguida com o respectivo número da página entre parênteses no texto, à edição da obra: Graça Aranha (¹⁰1981): *Canaã*. Rio de Janeiro (Ed. Nova Fronteira), [1902].

²³ A figura de Lentz é nitidamente uma vulgarização fácil de Zaratustra, banalizando (e mal interpretando) a ética nietzscheana, comum à época, vendo o *Übermensch* como uma categoria coletiva, referida à “Nação”, e não como realização estritamente individual. O nacionalismo de Lentz, fomentado por esta interpretação, pouco tem a ver com o filósofo, para quem pouco tinha um tamanho grau de ridicularidade quanto o sentimento de “Nacionalismo”, sobretudo aquele alemão.

Brasil, então, só pode chegar à conclusão pessimista: “não é possível ter civilização neste país” (p. 52). Esta visão leva-o, porém, a uma conseqüência radicalmente social-darwinista: “Enquanto não se eliminar a raça que é o produto de tal fusão, a civilização será sempre um misterioso artifício (...). O problema social para o progresso de uma região como o Brasil está na substituição de uma raça híbrida, como a dos mulatos, por europeus” (p. 53). Esta “substituição” é justificada por uma medida de proteção da humanidade como tal, virando assunto internacional: “A imigração não é simplesmente para o futuro da região do País um caso de simples estética, é antes de tudo uma questão complexa, que interessa o futuro humano” (p. 53). Porém, percebe-se uma leve transformação da personagem Lentz, que não consegue ficar, p.ex., intocado pelo destino que leva Maria Perutz, detida e acusada de infanticida: “Pobre mulher! Como é triste a vida!”, e o autor acrescenta o óbvio: “Era o novo Lentz que falava” (p. 212). Pensando bem, a atuação de Lentz, apesar das convicções ideológicas que ele representa, no romance inteiro é de passividade e indecisão, mostrando a incapacidade de lidar com a nova realidade, de enquadrá-la nos seus conceitos pré-estabelecidos.

De outro lado, a posição do personagem Milkau que vê no Brasil o cumprimento de sua projeção de “paraíso”, no qual pretende renascer: “Sou um emigrado, e tenho a alma do repouso; este será o meu último movimento na terra...” (p. 44), “aqui está a paz” (p. 45). Este paraíso, como descrito por ele, tem traços fortes de uma utopia agrária (bem no sentido que a deu Tolstoi) e anárquica (“Não seria muito mais perfeito que a terra e as suas coisas fossem propriedade de todos, sem venda, sem posse?” p. 87). Ele contrapõe esta visão a um esgotamento cultural do velho continente, pois “a Europa tem a tradição que nos priva da liberdade de julgamento” (p. 46). Esta projeção de Milkau, porém, não está de acordo com a realidade que o circunda. Nela vê o fim de uma civilização que não conseguiu se manter no Novo Mundo. Milkau nota “no grande desleixo da casa abandonada, restos de maquinismos espalhados pelo chão (...), atestando ter havido ali uma instalação melhor, que o homem, caindo de prostração em prostração, perdendo todo o polido de uma *civilização artificial*, abandonara agora em sua decadência, para se servir dos aparelhos *primitivos* que se harmonizavam com a feição embrutecida do seu espírito” (p. 31) [o grifo é meu]. O autor, porém, não hesita em responsabilizar fatores sociais e históricos pela degeneração, falando pela boca de um „velho cafuzo“, morador da fazenda: “Governo tirou os escravos. Tudo debandou. Patrão se mudou com a família para Vitória” (p. 33). Decepciona, em seguida, até a idéia de liberdade em humildade, já despertada em Milkau, pois a abolição não tornou os escravos donos de terra: “Rancho é do marido de minha filha, terra é de seu coronel, arrendada por 10 mil-réis por ano” (p. 34). O velho morador relaciona o abandono e a falta de perspectiva à imigração: “Hoje em dia tudo aqui é de estrangeiro, Governo não faz nada para brasileiro, só pune por alemão.” E acrescenta, dirigindo-se a Milkau, que se sente incomodado com o prognóstico: “Daqui a um ano está podre de rico” (p. 34).

O quadro estabelecido é, então, de uma suspensão do Brasil, recentemente emancipado como “Nação”, mas sem ter desenvolvido uma dinâmica para reanimar “as forças de vida paralisadas” (p. 39). O ímpeto para tal transformação, segundo Milkau, viria do exterior, mas sem a substituição pela eliminação postulada por Lentz, e sim por uma utopia da fusão criadora: “As raças civilizam-se pela fusão; é no encontro das raças adiantadas com as raças virgens, selvagens, que está o repouso conservador, o milagre do rejuvenescimento da civilização. O papel dos povos superiores é o instintivo impulso do desdobramento da cultura” (p. 52). Desta forma, quatro anos antes do livro provocador *América Latina: Males de Origem*, de Manoel Bomfim, Graça Aranha levanta a idéia da civilização e do progresso pela fusão, como motivo de renovação. A fusão se daria através de dois movimentos. O primeiro, a fusão do elemento autóctono e

dos escravos com os antigos brancos (i.e., os portugueses), este já concluído, tendo formado o mestiço que conseguiu realizar a Independência, a democracia e a República, mas agora esgotado. Equivale esta fusão ao conceito de mestiçagem de Sílvio Romero, sendo o mestiço apto para um futuro desenvolvimento: “não há raças capazes ou incapazes de civilização (...), no Brasil a cultura se fará regularmente sobre esse mesmo fundo de população mestiça, porque já houve o toque divino da fusão criadora (...)” (p. 203). Para levar o desenvolvimento adiante, precisaria, porém, de uma segunda fusão, pois “toda a trama da História é um processo de fusão: só as raças estacionadas, isto é, as que se não fundem com outras, sejam brancas ou negras, se mantêm no estado selvagem” (p. 203). Desta forma, a imigração produziria num processo de “arianização” os “novos brancos”, em Sílvio Romero denominado de “branqueamento”. Curiosamente, a visão de Graça Aranha da fusão como dinâmica e da reclusão como estagnação é oposta ao modelo de Euclides da Cunha. Ele sustenta a posição de Milkau através de uma terceira voz, a do jovem juiz municipal Maciel, obviamente o *alter ego* de Graça Aranha, que salienta a importância de “formar-se do conflito de nossas espécies humanas um tipo de mestiço, que se conformando melhor com a natureza, com o ambiente físico, e sendo a expressão das qualidades médias de todos, fosse o vencedor e eliminasse os extremos geradores” (p. 203). Vale observar, aqui, em primeiro lugar a adaptação da teoria darwinista da assimilação do ser de maneira otimizada ao ambiente, mais ainda, portanto, a formação de uma nova “raça” como “qualidade média”, superando os extremos. A unidade e homogeneidade da “raça”, na época pré-requisitos por excelência para a formação de uma “Nação”, são colocados como alvos principais, a mira para tal transformação é a comunidade alemã, descrita, no que concerne ao espírito coletivo, como representantes de um “pensamento único de cumprir o dever prático, de caminhar para a frente no conjunto harmônico de *um corpo só*” (p. 39), mas também fisicamente “com pulsos de ferro, torso hercúleo, (...) muito parecidos como *um grupo de irmãos*” (p. 70), sendo os colonos “confundidos numa só massa” (p. 73) e falando “fazendo coro” (p. 70) [os grifos são meus]. Compare-se esta apresentação – evidentemente forçada e fabulosa, mas justamente por causa disso de grande significado – com a avaliação triste do jovem juiz/Graça Aranha: “não há dois brasileiros iguais” (p. 199)!

Apesar da celebração da fusão de “raças” como mecanismo subjacente ao avanço da civilização, nesta colocação bem rara na época, o autor, constantemente, recorre aos esterótipos racistas, os lugares-comuns no seu tempo: “Milkau se compungia diante da tréfga e ossuda criança (...), rebento fanado de uma raça que se ia extinguindo na dor surda e inconsciente das espécies *que nunca chegam a uma florescência superior*, a uma plena expansão da individualidade” (p. 28). O motivo é aplicado à maioria dos camponeses brasileiros, todos apresentando traços de “a resignação dos esmagados” e de “eterno escravo” (p. 34). A estereotipação não é necessariamente negativa, como, p.ex., na caracterização do agrimensor Felicíssimo (*nomen est omen*) como um protótipo do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda, como encarnação da “espontaneidade da raça, riso de vida e bondade” (p. 69) e portador macunaimesco dos “instintos da sua nativa e tranqüila vadiagem” (p. 40) e na descrição do camponês maranhense Joca expondo sempre um “riso fácil e ingênuo” (p. 71). De qualquer forma, a “raça” continua sendo percebida como um código genético que determina as características psicológicas do indivíduo: “o rosto macilento se esclarecia com a grande doçura de uma longa resignação de raça” (p. 29). Surpreendentemente, desta maneira, o autor, quando fala como narrador onisciente, contradiz a desvinculação entre as noções de “raça” e civilização (ou cultura), que propaga através da fala de Milkau, de maneira até bem explícita e vanguardista: “Um dos erros dos intérpretes da História está

no preconceito aristocrático com que concebem a idéia de raça. Ninguém, porém, até hoje soube *definir a raça e ainda menos como se distiguem umas das outras.*” (p. 171).

No que concerne ao “meio”, a influência do critério naturalista de Buckle, sendo o privilégio do “meio” sobre os aspectos psicológicos, é forte em Graça Aranha.²⁴ O texto apresenta longos trechos sobre a força transformadora da natureza exuberante, exercida sobre os colonos recém chegados e que “ainda eram loiros” (p. 102), contrastando com os nativos: “Não havia (...) entre ele [Joca] e a terra um remoto convívio, perpetuado no sangue e transmitido de geração em geração?” (p. 71). O “meio” é representado, em primeiro lugar, pelos *topoi* “calor” e o “sol”, sendo que, nas visões paradigmáticas de Milkau e Lentz, este pode manifestar-se como fator meramente positivo (Milkau: “o esplendor do sol” p. 46) ou negativo (Lentz: “sol implacável” p. 46), resumindo a amistosidade e hostilidade, respetivamente, do Mundo dos trópicos. O último até reconhece a grandeza da natureza tropical, alega, porém, que “o espírito é esmagado pela estupenda majestade da Natureza”, reduzindo o ser humano no seu desdobramento espiritual e intelectual. O papel do meio é reforçado, além da recepção como teoria climática, pelo naturalismo de Graça Aranha, vendo nela uma manifestação cósmica, o “ruído incessante da vida” (p. 140), animando a natureza, deixando que “montanhas (...) enterram a cabeça nas nuvens” (p. 27) e que o rio Santa Maria desce no seu leito pedroso “mugindo de dor” (p. 27).

A presença forte da natureza tropical em *Canaã*, sendo ela uma formadora dos seres, sujeitos a sua inevitável e omnipresente influência (“o calor”), foi interpretada como fenômeno precursor ao movimento modernista, afirmando a Brasilidade como uma expressão tropical, em emancipação à cultura lusitana ou européia (“nórdica”) em geral:

Canaã antecipa de certo modo a devoração cultural que o manifesto da Antropofagia consagraria como a estratégia básica do Brasil caraíba a que aspirava. (...) (A) recuperação, pelo brasileiro, de suas ‘raízes tropicais’, o que implicaria uma rejeição dos ‘princípios cristão-europeus’ que herdamos de Portugal.²⁵

Vejo, além disso, uma afinidade estreita com o conceito do “estilo tropical”, desenvolvido justamente nos anos 1890 por Araripe Jr., vendo, já naquela época, nesta expressão literária uma “obnubilação tropical” de Portugal, visto na Primeira República como a operação de emancipação de importância singular para atingir uma verdadeira autonomia cultural: “O naturalismo brasileiro é a luta entre o cientificismo desalentado do europeu e o lirismo nativo do americano pujante de vida, de amor, de sensualidade.”²⁶ Este via no “meio” um fator muito mais influente do que na composição de “raças”, sendo que os trópicos regiam todos os indivíduos, negando, desta forma, a possibilidade de viabilizar a civilização pela imigração:

(...) a reação do meio físico, a influência catalítica da terra, as depressões e modificações do clima tropical, a solidariedade imposta pelas condições da vida crioula com a flora, com a fauna, com a meteorologia da nova região, são outras tantas influências que estão a invadir sorrateiramente estrangeiros e brasileiros,

²⁴ Cf. sobre a influência de Buckle: Ventura (2000:81).

²⁵ Paes (1992:22).

²⁶ Araripe Jr. (1978:127). – Sobre a presença da metáfora ariologista da dicotomia entre o espírito “Ariel” e “Calibã” nesta citação veja o final do artigo.

sem que estes disso se apercebiam, certos, como estão, do triunfo das suas qualidades étnicas e da propulsão civilizadora de origem. (p. 124)

Graça Aranha não o acompanha plenamente nesta argumentação. Vale lembrar, também, que – falando como narrador – novamente ameniza a eufórica visão do “meio” tropical como “graça” para os humanos, p.ex., quando faz uma observação significativa sobre a figura de Lentz, personificação do “nórdico” inatingível por quaisquer forças de assimilação tropicais, deixando este numa postura “bocejando de desalento” e com os olhos pairando “preguiçosamente sobre a paisagem” (p. 44). De repente, a suposta superioridade da personagem extrema, caracterizada, quando recém chegado pela “mobilidade da fisionomia” com “o fulgor de seus olhos dominando o rosto sem barba, cujas linhas eram acentuadas e fortes, e se projetavam de uma cabeça ampla, roliça como a de um patrício romano” (p. 38), após um tempo sob efeitos do “meio” brasileiro, assemelha-se até ao cafuzo mais degenerado, que “descansou [o olhar], cheio de preguiça e desalento, no rosto do viajante” (p. 33). A modificação pelo “meio”, aqui ainda sem carregar uma valorização explicitamente negativa, chega a se tornar literalmente expressão de uma degeneração, quando Graça Aranha apresenta uma personagem que já sofreu durante gerações os efeitos do clima, o Coronel Afonso, que “parecia (...) atestando na alvura da tez a pureza da geração. A fisionomia era triste, como se ele tivesse consciência de que sobre si recaía o peso do descalabro da raça e da família (...). Mas, ainda assim, ele representava a figura humana, a mesma vida superior envolta na queda das coisas, arrastada na ruína geral” (p. 31). Mais uma vez, como no caso da interpretação da categoria “raça”, Graça Aranha mantém em *Canaã* uma perspectiva ambígua, tratando de um dos consagrados fatores determinantes da formação de civilizações.

3. A formação da “Nação” em *Canaã*

O início que Graça Aranha dá à discussão da questão “nacional” no seu romance é provocador, quando nega, usufruindo-se da fala de Milkau, a validade de uma força histórica linear e original – no sentido de uma “História Universal” (Santiago): “(Q)ual é a raça privilegiada para que só ela seja o teatro e o agente da civilização? Houve um tempo na História em que o semita brilhava em Babilônia e no Egito, o Hindu nas margens sagradas do Ganges, e eles eram a civilização toda; o resto do mundo era a nebulosa de que se não cogitava” (p. 52). Segundo o protagonista, o problema do Brasil que o inibiria de se tornar uma “Nação” seria a ausência de um “caráter de raça”, isto já exposto acima, mas também a falta de um “fundo moral comum” e a presença de uma “profunda disparidade entre as várias camadas da população” (p. 199). Sobretudo o último argumento abstrai das premissas ortodoxas de “raça” e “meio” e coloca em questão um assunto sociológico. Segue Milkau, como sólida personificação das idéias radicais do autor, que a crise por que o País passava teria raízes históricas « na luta de classes (!), de dominados contra dominadores ». A República seria, porém, o primeiro passo, pois era ela “dominada pelos mestiços”. Graça Aranha, desta forma, levanta a hipótese de que seria possível discutir a formação da “Nação” partindo da estrutura social, quase uma heresia na época. Já o seu *alter ego*, Paulo Maciel, confessa, voltando a atribuir os efeitos da estrutura social a uma predisposição da “mentalidade” ou da “raça”: “É admirável a ordem e o asseio desta colônia. Nada falta aqui, tudo prospera, tudo nos encanta... Que diferença em viajar nas terras cultivadas por brasileiros... só desleixo, abandono, e com a relaxação, a tristeza e a miséria. E ainda se fala contra a imigração!” (p. 137). Esta observação leva-o a duvidar profundamente de uma solução

“brasileira” para o problema do atraso de desenvolvimento (“uma incapacidade de raça para a civilização”) e, mais ainda, da capacidade do País de se manter na concorrência darwinista entre as potências do mundo, pois em curto tempo “o País será branco (...) quando for conquistado pelas armas da Europa” (p. 203). O que surpreende ainda mais é o fato de que ele mal parece estar inconformado com esta conquista: “Para mim era indiferente que o País fosse entregue aos estrangeiros que soubessem apreciá-lo mais do que nós” (p. 137). Segundo esta argumentação, cabe ao mais apto apoderar-se e usufruir das riquezas do Brasil, atitude radicalmente anti-patriótica, que tem seu *pendant* no posicionamento dos seus colegas que reagem com o lema “fogo no estrangeiro, nativista sempre. À bala! » (p. 141) e lamentam que « (n)ão há mais patriotismo, não há mais nada. Os Senhores podem querer entregar a Pátria ao estrangeiro, podem vendê-la, mas eu enquanto houver um mulato que ame este Brasil, que é seu, as coisas não vão tão simples » (p. 138). As duas perspectivas, uma resignada e sem alguma fé no potencial de uma « Nação » brasileira, e outra – pelo menos na retórica – nacionalista militante e até xenófoba, é justificada pela encenação de uma real ameaça do exterior; forçando as realidades políticas da época, vindo do Império Alemão, veiculada pela fala de Lentz, que anuncia: « Nós renovaremos a Nação, nos espalharemos sobre ela, a cobriremos com os nossos corpos brancos e a engrandeceremos para a eternidade » (p. 49). O projeto, até aqui, não passa de uma versão exagerada do « branqueamento » pela imigração, mas o autor deixa surgir, através de um sonho da mesma personagem, uma visão da « conquista », na qual antecipa, inconscientemente, por quase 40 anos as atrocidades cometidas pelos nacional-socialistas durante a Segunda Guerra Mundial:

Eles [os alemães] viriam agora em grandes massas (...) numa ânsia de posse e domínio (...) matando os homens lascivos e loucos que ali se formaram e macularam com suas torpezas a terra formosa; eles os eliminariam com o ferro e com o fogo; eles se espalhariam pelo continente; fundariam um novo império, se revigorariam eternamente na força da natureza que dominariam como uma vassala. (p. 85)

Com isto, transpõe a questão das relações do Brasil com o exterior de um nível de imigração civil e dissolução das “raças” mediante a atuação da “raça ariana” a um nível de invasão militar e genocídio.²⁷

A imigração, apesar de alertar às possíveis cobiças do exterior, manifestadas – apenas – em sonho, é defendida, conforme o projeto de uma nova fusão de “raças” como único jeito de renovar e reanimar o País. O Brasil, parece, está num ponto zero de sua história, com um passado concluído e um futuro que ainda não começou.²⁸ Graça Aranha ilustra esta parada no tempo mediante uma metáfora forte: Da cidade do Porto do Cachoeiro como cidade dupla, separada pelo rio. De um lado a terra velha e mórbida, do outro a terra nova, “o limite de dois mundos”:

Um traduzia, na paisagem triste e esbatida do nascente, o passado, onde a marca do cansaço se gravava nas coisas minguadas. (...) E para o outro lado dela (...) uma terra nova, pronta a abrigar a avalanche que vinha das regiões frias do outro hemisfério e lhe descia aos seios quentes e fartos; e ali havia de germinar

²⁷ Seria uma questão interessante tentar verificar até que ponto este cenário, para os leitores brasileiros, já trazia algo do horror que um leitor contemporâneo, traumatizado pelo saber do holocausto, imediatamente sente na leitura.

²⁸ Vale lembrar que, na virada do século, com alta probabilidade o *topos* do „País do Futuro“ ainda não tenha sido do domínio popular. É de supor, então, que a construção imaginária, feita por Graça Aranha, apresenta uma inovação.

o futuro povo que cobriria um dia todo o solo e a cachoeira não dividiria mais dois mundos, duas histórias, duas raças que se combatem, uma com a pérfida lascívia, outra com a temerosa energia, até se confundirem num mesmo grande e fecundante amor. (p. 43)

A imagem lembra, à primeira vista, a descrição de Euclides da Cunha, feita n' *Os Sertões* das “sub-raças sertanejas do Brasil” que vegetariam em “deplorável situação mental, (...) destinados a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material inclusive das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra.”²⁹ Mas em *Canaã* é salientada, mais ainda, a ambiguidade do “caráter dissolvente da imigração” como, de um lado, inevitável “demoramento daquela cidade circundada de colônias estrangeiras que a estreitam lentamente até um dia vencer e transformar sem piedade”, mas, pelo outro, conscientizando o leitor do custo desta transformação, sendo “uma tragédia na alma do brasileiro, quando ele sente que não se desdobrará mais até o infinito” (p. 72). O processo, ainda se tratando do “branqueamento” pela imigração, é longe de ser um enriquecimento leve, pelo contrário, é suspeito de acabar com a Brasilidade: “(A) tradição rompeu-se, o pai não transmitirá mais ao filho a sua imagem, a língua vai morrer, os velhos sonhos de raça, os longínquos e fundos desejos da personalidade amudeceram, o futuro não atenderá o passado” (p. 72). Diante deste cenário resta a Paulo Maciel apenas a função de orador fúnebre: “Pobre Brasil!... Foi uma tentativa falha de nacionalidade. Paciência...” (p. 141). A fala apologética à imigração de Milkau, apresentando uma certa ingenuidade, neste contexto não passa de um eufemismo: “E no futuro remoto, a época dos mulatos passará, para voltar à idade dos novos brancos, vindos da recente invasão, *aceitando com reconhecimento* o patrimônio dos seus predecessores mestiços” (p. 203) [o grifo é meu].

Não é de se surpreender que o livro, colocando em cheque desta forma radical a existência e o futuro da “Nação” brasileira, evocou críticas fortes, pelas quais pode ser representativa a do escritor carioca Medeiros e Albuquerque: “Canaã é nitidamente anti-brasileiro.”³⁰ Outra, bastante significativa, veio da parte de Sílvio Romero:

No romance, por exemplo, em obra simbólica, não cairia na criminoso loucura de representar o tipo brasileiro nalgum agrimensor idiota que não saiba armar o teodolito; ou nalguns politiqueiros do logarejo, para contrastar com pretenciosos germânicos, discutidores da metafísica e da política realista do imperialismo. (...) Não precisará de basbaquear o insolente europeu, gasto com a descritiva das matas, cheias de vagalumes, tamanhos como borboletas e tão numerosos como formigas.³¹

De fato, a representação dos brasileiros, em comparação com as duas personagens é bastante desvantajada. Observa, porém, com muita razão Lúcia Miguel Pereira: “[Graça Aranha] (n)ão faz dessa superioridade o ponto principal do livro e que este reside antes nas relações dos indivíduos entre si, e com o meio físico e social.”³² A comparação deveria ser feita entre colonos brasileiros e colonos alemães, em ambos os casos esterotipados, usando lugares comuns que, mesmo implicando uma valorização de traços negativos e positivos, mantém-se em equilíbrio. Milkau e Lenz fogem do parâmetro de colonos – na verdade nem podem ser considerados colonos, pois

²⁹ Cunha (2002:65).

³⁰ Apud Paes (1992:29).

³¹ Romero (1943:207-208).

³² Miguel Pereira (1988:241).

pertenciam, segundo a informação dada pelo autor, no Império Alemão a uma classe alta de letrados, e decidiram a emigrar sem alguma pressão econômica, mas, no caso de Milkau, por motivos de ânsia pelo “novo” e, no caso de Lentz, por um espírito aventureiro de conquistador – e servem apenas como personificações de duas ideologias opostas, marcando através da sua fala os extremos do imaginável no debate.³³

Vale lembrar também que Graça Aranha coloca-se de uma forma mais crítica e responsável com a questão da imigração do que o próprio Sílvio Romero, quando este harmoniza e generaliza: “O futuro povo brasileiro será uma mescla áfrica-indiana e latino-germânica, se perdurar, como é provável, a imigração alemã, ao lado da portuguesa e italiana.”³⁴ É de se supor que José Veríssimo, embora tenha sido amigo íntimo de Graça Aranha, não erra plenamente quando, em seu ensaio “Sobre alguns conceitos do sr. Sílvio Romero”, suspeita: “Sílvio Romero não perdoava ao sr. Graça Aranha o ser um dissidente da pseudo-escola do Recife ou, e teria dito melhor, de ser, com a sua invejável superioridade espiritual, indiferente a esta bobagem.”³⁵ Prestando atenção à presença explícita e constante de alusões a uma concepção metafísica do mundo e lembrando-se que o mérito da Escola do Recife para o pensamento da época, Sílvio Romero via naquilo que “imprimiram-lhe o caráter que mais a distingue: o estudo dos fatos e a abstração das causas transcendentais”³⁶ o argumento parece bastante pertinente e concludente.

Conclusão

O símbolo central do romance, sem dúvida alguma, é a metáfora *Canaã*, segundo a Bíblia a “terra que mana leite e mel” (Deuteronômio 26:9), que é mais do que

³³ O autor, que optou pela referência a idéias oriundas (numa interpretação superficial) do imaginário alemão e não, conforme o espírito de sua época, do francês, revelando, involuntariamente, a “pouca profundidade do germanismo da Escola do Recife” (Otto Maria Carpeaux apud Paes 1992:17) por reproduzir, de forma tosca, os tipos ideais weberianos das hetero-imagens francesas sobre os alemães ante e pós 1870, não abre mão de uma crítica à uma nova Alemanha: “Onde estava a Alemanha sagrada, a pátria do individualismo, o recanto suave do gênio livre?” (p. 39). A invenção de procurar este espírito em emigrantes camponeses que, provavelmente, nem consciência deste imaginário tinham, já é bastante curiosa. Outra curiosidade é a transposição das oposições proclamadas pelo movimento do Arielismo. Este originou pela recepção do ensaio cultural-filosófico “Ariel” (1900), do uruguaio José Enrique Rodó, no qual este critica o utilitarismo e a “Nordomania” (entendidos como fixação no progresso tecnológico, bem-estar material, cultura de massa, princípio único da maioria de votos), incorporado no ser shakespeariano Calibã, e enfrenta esta *Weltanschauung* com uma visão da América Latina como “Ariel”, herdeira das antigas civilizações mediterrâneas. Esta oposição, porém, por já ter sido tematizada por Eduardo Prado no seu texto de advertência “A ilusão americana”, de 1893, provavelmente foi do conhecimento de Graça Aranha, que concebeu *Canaã* no início dos anos 1890. Neste caracteriza a cultura alemã como “dois espíritos que se encontraram disparatos em um mesmo corpo, um servil à matéria, ambicioso, cúpido, procurando absorver o outro que voava docemente, e pairava sempre no alto, zombando de tudo, de homens e deuses, gerando puramente (...) as figuras da poesia e do sonho” (p. 39).

³⁴ Romero (2001:628). De fato, todos os autores enganaram-se sobre a real dimensão da imigração: O Brasil podia atingir, por causa da forte concorrência dos EUA e da Argentina, apenas quotas relativamente baixas. Entre 1870 e 1920, os números absolutos de imigração, em relação ao Brasil, da Argentina são o dobro, dos EUA dez vezes mais alto, até o Canadá recebeu mais imigrantes. Por causa disto, até em termos relativos, a porcentagem de pessoas natas no exterior relativa ao Brasil nunca ultrapassou os 7 % (em comparação: Argentina até 30%, EUA 14%, Canadá 22%). Os imigrantes vieram, predominantemente, da Itália, do Portugal e da Espanha; um número bem menor do Império Alemão. O efeito da imigração, visto de hoje, foi superestimado na época e deve ter provocado – usando os termos da época – mais uma “latinização” do que uma fusão “latino-germânica”, como postulada por Sílvio Romero.

³⁵ Veríssimo (1977:143).

³⁶ Romero (2001:143).

uma nova versão das muitas projeções de “paraíso” feitas sobre o Brasil. Graça Aranha experimenta a sua personagem Milkau, desiludido com a Europa nacionalista e pujante de armas – sendo que o autor, de forma muito circunspecta previa o grande desastre das supostas civilizações na Primeira Guerra Mundial – e na busca do “homem novo”³⁷ num papel pretencioso de liderar o povo escolhido para essa nova terra, como uma reencarnação de Moisés. Libertando o seu povo, representado pela prisioneira Maria Perutz, da escravidão egípciana, ainda na expectativa do surgimento de uma “nova raça que seria a incógnita feliz do amor de todos os outros, que repovoaria o mundo e sobre a qual se fundaria a cidade aberta e universal, onde a luz não se apague, a escravidão não se conheça, onde a vida fácil, risonha, perfumada, seja um perpétuo deslumbramento de liberdade e amor” (p. 84), chegando no alta da montanha, Deus não fala. Pior, a terra prometida não existe, nem “os novos homens ali ainda não tinham surgido” (p. 218). A desilusão no final do romance é completa, mas oferece ao leitor um consolo: “Sejamos fiéis à doce ilusão da Miragem. Aquele que vive o Ideal contrai um empréstimo com a Eternidade...” (p. 218).

Canaã confronta a utopia do possível, representada pela beleza e fertilidade da natureza amistosa que tudo daria ao homem, com a miséria e a incapacidade do homem de realizá-la dentro das estruturas complexas de uma sociedade, acrescentando uma nova versão da saga americana, também chamado de “utopismo americano”, da luta eterna entre a civilização e a barbárie. As duas ideologias opostas são personificadas, de maneira inovadora, em Lentz, que é traçado como um extremo caráter egoísta, orgulhoso, despótico/belicoso, imperialista e anti-democrata, nacionalista e racista, e em Milkau, acreditando que o gênio humano seja universal, pintado como caráter ambivalente entre o sentimental e o romântico, socialismo e anarquismo, parecendo, panteísta e, às vezes, cristão, servem para levantar na dialética dos seus argumentos todas as questões em pauta, explicando, afinal, o porquê da impossibilidade do “paraíso terrestre”. Ao meu ver, duvido da opinião comum que Milkau seja um tipo de *alter ego* do autor, pois exagera demais no radicalismo de suas propostas, ridicularizando-o na sua ingenuidade, apresentando também um distanciamento. Há de lembrar que Graça Aranha era um experiente conhecedor das limitações da *Realpolitik*, o que não significa que, na sua intimidade, sinta uma afinidade com as idéias precoces e irrealizáveis do seu protagonista.

O romance, devido ao fato de não ter conseguido se livrar plenamente das categorias “raciais”, é interpretado freqüentemente como projeto fracassado.³⁸ É preciso ver, porém, que dentro das circunstâncias da época o questionamento teórico da categoria já era muito, a aplicação da teoria na prática, nos diálogos de um romance que refletia a sociedade contemporânea, algo difícil, correndo o risco de se tornar incompreensível. Este passo apenas se revelou como empreendimento realístico para as próximas gerações, em especial a geração Freire para a qual foi possível tratar o processo da mestiçagem sem recorrer a elementos “raciais”, sendo que também não conseguiram uma aproximação com o prometido “Canaã”. O que vale mais é que Graça Aranha estabeleceu um palco reconhecido para a enunciação de novas idéias, além do paradigma racista da época, desconstruindo, ao mesmo tempo, a predominância de uma cultura exclusivamente “cientificista” por elementos da metafísica, rompendo com uma auto-limitação que cada vez mais tinha se revelado contra-produtiva.

³⁷ A projeção da existência de um “homem novo” no Novo Mundo é, talvez, um dos *topoi* mais típicos para o imaginário europeu de todos os séculos. Vale lembrar que um dos livros mais pertinentes sobre o Brasil, do filósofo Vilém Flusser, intitulado, no original alemão, “Fenomenologia do Subdesenvolvimento” leva o sub-título “ou a busca pelo homem novo”.

³⁸ Cf. Eakin (1980:13).

O mais peculiar à obra de Graça Aranha, em comparação com outros textos que tratam da “questão nacional”, não é o processo de “fusão das raças”, mesmo sendo este postulado num momento bastante precoce, mas a presença de conceitos políticos. Consta no texto, na fala de Milkau, a observação que para chegar ao Brasil utópico seria necessário “renunciar a toda a autoridade, a todo o governo, a toda a posse, a toda a violência” (p. 83), assemelhando-se a um manifesto anarquista.³⁹ Sobre o conceito da “Pátria”, substituível, dentro do discurso nacionalista, pelo de “Nação” levanta, respondendo à opinião de Lentz, de certa forma representando a convicção geral durante o auge do nacionalismo universal da virada do século (“É a raça, uma civilização particular que nos fala no sangue, o nosso eu, a nossa própria projeção do mundo, a soma de nós mesmos multiplicados ao infinito. Não há ninguém que fuja da sua atmosfera... Imortal!” pp. 170-171), mais uma vez pela boca de Milkau, a seguinte hipótese:

(A) Pátria é uma abstração transitória e que vai morrer... Sobre ela nada se fundou. Nem arte, nem religião, nem ciência. Nada, absolutamente nada tem uma forma elevada, sendo patriótico. O gênio humano é universal... A Pátria é o aspecto secundário das coisas, uma expressão da política, a desordem, a guerra. A Pátria é pequenina, mesquinha, uma limitação para o amor dos homens, uma restrição que é preciso quebrar. (p. 171)

Esta avaliação, quase revolucionária, é comparável à conclusão que Lima Barreto deixa tirar seu protagonista Policarpo Quaresma, na sua desilusão final:

Desde dezoito anos que tal patriotismo lhe absorvia e por ele fizera a tolice de estudar inutilidades. Que lhe importavam os rios? Eram grandes? Pois que fossem... Em que lhe contribuiria para a felicidade saber o nome dos heróis do Brasil? Em nada... (...) E a agricultura? Nada. As terras não eram ferazes e ela não era fácil como diziam os livros (...). A pátria que quisera ter era um mito, um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete (...). E, bem pensando, mesmo na sua pureza, o que vinha a ser a Pátria?⁴⁰

A tese levantada por Lins de que “Canaã é (...) a expressão da amargura do Autor, ante a crise de valores nacionais em 1890, concepção que Graça Aranha soube fixar tão bem numa obra de arte e localizou em um ambiente propício à arquitetura e à promessa do ‘homem novo’”⁴¹ salienta, forçadamente, uma suposta preocupação de Graça Aranha com uma falta de valores patrióticos ou “nacionais” entre os seus conterrâneos. Ao meu ver, também chamando a atenção para a maneira paródica como são apresentados os colegas patrióticos de Paulo Maciel, é mais para o contrário, pois é possível perceber o jogo barato do nacionalismo, sem se tornar um alienado da terra natal, conforme o autor escreveu em carta a José Veríssimo “Tu sabes que não sou patriota. Mas eu sou saudoso.”⁴² Plena razão, porém, dou a outra avaliação de *Canaã*, mesmo sendo ela de sentido ambíguo e correndo o risco de injustiçá-la com uma

³⁹ É notável que Graça Aranha, como grande excessão de sua época, chega a tematizar também o antisemitismo, em *Canaã* expresso num diálogo entre freqüentadores de uma missa na colônia alemã (p. 107). Numa carta a José Veríssimo, o autor declara: „Dreyfus, para nós, é o mártir da maldade humana“ (apud Lins 1967:385).

⁴⁰ Barreto (1983:152).

⁴¹ Lins (1967:309).

⁴² Apud Lins (1967:350).

interpretação às avessas, feita por Afrânio Coutinho: “Era um livro revolucionário no quadro das letras nacionais, inclusive no sentido nacional.”⁴³

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict (¹²): *Imagined Communities – Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London/ New York: Verso, [1983] 2003.
- ARARIPE JR., Tristão de Alencar. *Teoria, crítica e história literária* [Seleção e apresentação de Alfredo Bosi], São Paulo: EDUSP, 1977..
- BARRETO, Lima. *O triste fim de Policarpo Quaresma*, São Paulo: Ática, [1911/1915], 1983.
- BOSI, Alfredo (²): *Historia concisa da literatura brasileira*, São Paulo (Cultrix), [1966], 1980.
- COUTINHO, A. (Hg.) (⁴¹): *A literatura no Brasil - era realista/era de transição*, vol. 4, Rio de Janeiro, [1968], 1986.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* [edição comentada por Leopoldo M. BERNUCCI], São Paulo (Imprensa Oficial do Estado), [1902], 2002.
- EAKIN, M.C. Race and Ideology . In: G.A.s ‘Canaã. *Ideologies and Literature*, n° 14, vol. 3, Minneapolis, 1980, p.3-15.
- GUIMARAENS FILHO, Alphonsus de. Graça Aranha e Canaã“ [introdução]. In: Graça Aranha (¹⁰1981): *Canaã*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1902], 1981, p. 13-17.
- HALL, Stuart (Hg.) .*Da Diáspora – identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- LINS, Augusto Emílio Estellita . *Graça Aranha e o “Canaã”*., Rio de Janeiro: Liv. São José, 1967.
- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia (²1988): *História da Literatura Brasileira – prosa de ficção 1870-1920*, Rio de Janeiro/Brasília: J. Olympio/MEC, [1983], 1988.
- NINA RODRIGUES, Raimundo. Os mestiços brasileiros. In: Arthur Ramos (1939): *As Colectividades anormaes*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [s/d], 1939.
- ORTIZ, Renato (1986): *Cultura brasileira e Identidade nacional*, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PAES, José Paulo. *Canaã e o ideário modernista*, São Paulo: Câmara Brasileira do livro, 1992.
- ROMERO, Sílvio (2001): *História da Literatura Brasileira*, vol. 1-2, Rio de Janeiro (Imago), [1888/1905].
- ROMERO, Sílvio . *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro: José Olympio) [1911], 1943.
- SKIDMORE, Thomas E. *Black into White – Race and Nationality in Brazilian Thought*, Oxford: Oxford University Press, 1974.
- VENTURA, Roberto (²2): *Estilo Tropical – história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*, São Paulo: Cia. das Letras, [1991], 2000.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos da Literatura Brasileira*, vol. 1-6, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, [1901-1907], 1977.
- WOLL, D. Die Ideen Nietzsches und Schopenhauers in G.A.s ‘Canaã. In: ROCHE, Jean (org.). *Die Deutschen im brasilianischen Schrifttum*, Bonn (Romanisches Seminar der Universität Bonn), 1968, p. 57-77.

⁴³ Coutinho (⁴1986:495).

Abstract: *In this essay is investigated how in Graça Aranha's novel Canaã, published in 1902, the principal questions of the contemporary debate about the formation of a Brazilian "nation" are treated and developed. My interpretation is based on the analysis of the deterministic key-categories valid at that time, such as "race" and "environment". The conclusion is that Graça Aranha makes of his novel an allegorical stage for the reflection and innovation of ideas about the Brazilian society – as well of consonant as of strict dissonant character with the debate – and incorporates them in the two German settler main characters. It is demonstrated that the author doesn't remain in a neutral position but utilizes their discourses for employing a conceptual criticism of nationalism, racism and "scientificism", common to his epoch – however without succeeding to free himself completely of that presumptions. In spite of the pessimistic ending, the novel gives rise to an utopian view of Brazil as a potential precursor for realizing an idealized new human society beyond "national" categories and principles.*

Keywords: *nation-building literature, narration of the nation, ideology, nationalism, national identity discourse*